



*Série*

**DIVERSIDADES**

# **Tramando falas e olhares, compartilhando saberes**

**Contribuições para uma educação  
anti-racista no cotidiano escolar**

José Antônio dos Santos  
Rita de Cássia Camisolão  
Véra Neusa Lopes  
Organizadores



  
**UFRGS**  
EDITORA

O livro **Tramando falas e olhares, compartilhando saberes: contribuições para uma educação anti-racista no cotidiano escolar** é o resultado da trajetória do Programa Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar: História e Cultura Afro-Brasileira, nos dois primeiros anos de atividade (2004 e 2005). Inaugura a Série Diversidades, da Linha Editorial Etnicidade, Identidade e Territorialidade do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, com o objetivo de sensibilizar os profissionais da área de educação para a temática História e Cultura Afro-Brasileira.

A obra contempla reflexões geradas por temas abordados em momentos de formação proporcionados pelo Programa, de modo que o leitor perceba o papel das relações

étnico-raciais na construção das identidades, reescreva o lugar do negro na história e na cultura brasileira e dialogue com o cotidiano escolar, na perspectiva de provocar mudanças na sociedade centradas no atendimento das diversidades étnico-raciais, culturais e de gênero.

Partilhar as experiências na área da diversidade, articulando extensão, ensino e pesquisa é uma das formas de contribuir para a efetiva implementação da Lei Federal 10.639/03, um dos balizadores das ações do Programa Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar: História e Cultura Afro-Brasileira.

Rita de Cássia Camisolão  
Véra Neusa Lopes

118703  
13/01

# Tramando Falas e Olhares, Compartilhando Saberes

RESERVA TÉCNICA  
Editora da UFRGS



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL**

---

Reitor

**José Carlos Ferraz Hennemann**

Vice-Reitor e Pró-Reitor  
de Coordenação Acadêmica  
**Pedro Cezar Dutra Fonseca**

---

**EDITORA DA UFRGS**

Diretora

**Jusamara Vieira Souza**

Conselho Editorial

**Ana Lúgia Lia de Paula Ramos**

**Cassilda Golin Costa**

**Cornelia Eckert**

**Flávio A. de O. Camargo**

**Iara Conceição Bitencourt Neves**

**José Roberto Iglesias**

**Lúcia Sá Rebello**

**Mônica Zielinsky**

**Nalú Farenzena**

**Sílvia Regina Ferraz Petersen**

**Tania Mara Galli Fonseca**

**Jusamara Vieira Souza, presidente**

# Tramando Falas e Olhares, Compartilhando Saberes

Contribuições para uma educação  
anti-racista no cotidiano escolar

José Antônio dos Santos  
Rita de Cássia Camisolão  
Véra Neusa Lopes  
**Organizadores**

**UFRGS**  
EDITORA

© dos autores  
1ª edição: 2008

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa e editoração eletrônica: Ivan Vieira  
Revisão: Press Revisão

---

T771 Tramando falas e olhares, compartilhando saberes:  
contribuições para uma educação anti-racista no cotidiano escolar /  
organizado por José Antônio dos Santos, Rita de Cássia Camisolão e  
Véra Neusa Lopes... [et al.]. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

160 p. : il. ; 14X21cm.

(Série Diversidades. Linha Editorial Etnicidade, Identidade e  
Territorialidade).

Programa de Extensão Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar  
e Acadêmico/UFRGS.

Inclui referências.

Inclui figuras e mapas.

1. Educação. 2. Educação – Diferença. 3. Discriminação racial – Escola.  
4. Diversidade – Educação. 5. Educação – Negro. 6. Democratização do  
ensino. 7. Racismo – Brasil. 8. Educação das relações étnico-raciais. 9.  
História – Cultura – Afro-Brasileira. I. Santos, José Antônio dos. II.  
Camisolão, Rita de Cássia. III. Lopes, Véra Neusa. IV. Título. V. Série.

CDU 37:323.118

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Ana Lucia Wagner – Bibliotecária responsável CRB10/1396)

ISBN 978-85-386-0004-6

Nº do registro: 2597

Nº de obra: 708

Data: 16/03/2010

# A categoria raça nas Ciências Sociais e nas políticas públicas no Brasil

*José Carlos Gomes dos Anjos\**

Raça é um instrumento conceitual necessário para se pensar a realidade brasileira? O que está em jogo quando se utiliza a categoria raça na sociologia brasileira? Desde pelo menos a segunda metade da década de 1980 vêm sendo intensificadas as discussões sobre a pertinência da utilização da categoria e, sobretudo, sobre sua operacionalidade política.

Resumo neste artigo duas posições em controvérsia nas Ciências Sociais brasileiras na atualidade. Para uma delas, que chamo de construtivista objetivista, à qual me filio, o conceito de raça é operacionalizável sob uma perspectiva nominalista, o que significa dizer que raças só têm existência como construto social. Para a humanidade, não existe raça, do ponto de vista biológico; na verdade, raça é um construto histórico, pertinente a determinadas sociedades. Por exemplo, fica claro para todos, quando se comparam a África do Sul, o Brasil e os Estados Unidos, que o sistema de classificação racial operacionalizado nessas diferentes sociedades é substancialmente diferente de uma para outra.

Estou chamando a essa posição de construtivista objetivista e estrutural, em contraposição a uma outra posição, em que identificaria antropólogos como Petter Fry, Maggi, Monteiro e outros e que chamaria de um construtivismo subjetivista. Sob esse outro construtivismo que está em jogo é algo muito similar. Trata-se de enfatizar que as categorias raciais são criadas e reconstituídas em contextos locais. Portanto, os atores sociais estão manipulando suas identidades em função desses contextos de interação nos quais estão inseridos, e existe uma multiplicidade de formas de operacionalizar sistemas classificatórios raciais.

---

\*Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UFRGS.

Qual é a diferença básica entre as duas posturas teórico-metodológicas? É o que passamos a ver.

#### RAÇA SOB UMA PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA OBJETIVISTA

Sob a perspectiva que chamei de construtivista objetivista, o cotidiano das relações sociais no Brasil é exposto de forma racializada, por exemplo, numa série de dados estatísticos sobre desigualdade de acesso a recursos sociais como escolaridade, emprego, ocupação de postos de trabalho. Da mesma forma, isso acontece nos processos acusatórios que se judicializam e em que pessoas se vêem racializadas no cotidiano das ofensas raciais. Mesmo que os sistemas de classificação operacionalizados no cotidiano brasileiro venham a sugerir noções associadas à cor e não à raça, a gramática subjacente a esse texto (do clarinho, moreno, azul, branco sujo) supõe diferenciações de raças. Diferenças biológicas entre as pessoas estão pressupostas nos sistemas de classificação por cor, que opera no dia-a-dia brasileiro, e isso se expressa tanto nas estatísticas referentes às trocas de injúrias no cotidiano quanto naquelas sobre a distribuição de oportunidades e bens sociais.

Nesse tipo de análise simultaneamente objetivista e construtivista, o conceito de raça é fundamental para se entenderem as desigualdades sociais no Brasil. Trata-se de um conceito que não pode ser dispensado pelas Ciências Sociais, para que seja possível desvelar a mecânica das relações sociais nesta particularidade histórica que atravessamos.

Quanto ao mito da democracia racial, sob essa perspectiva que chamei de construtivismo objetivista, trata-se de *ideologema*<sup>1</sup> datado. Após a década de 1970, o mito tem sido insistentemente exposto e criticado pelo movimento negro. A hegemonia desse senso comum que vigorou, quase sem contestação, entre a década de 1930 e a de

---

<sup>1</sup> Ideologema: para Bakhtin, designa aqueles termos ou expressões que induzem a uma determinada ideologia; para Kristeva, é a menor unidade inteligível de uma ideologia.



1970 está chegando ao fim, legando aos brasileiros o mal-estar de um desvelamento: a sociedade brasileira é uma sociedade racista.

#### RAÇA SOB UMA PERSPECTIVA CONSTRUTIVISTA SUBJETIVISTA

Em contraposição, sob essa outra perspectiva, que chamei de construtivismo subjetivista, o que está em jogo é perceber como os atores sociais, em contextos locais, manipulam sistemas classificatórios identitários. Enfatiza-se que não existe uma forma única, na sociedade brasileira, de se trabalhar a idéia de raças. Conforme os grupos sociais, pode-se encontrar modalidades diferentes de trabalhar, de construir a idéia de raça e a de cor. A diferença metodológica mais importante é que, nessa segunda vertente, se impõe não ir além do texto nativo para encontrar um subtexto mais estrutural, o qual explicita o funcionamento das categorias de cor e preconceitos associados para produzir desigualdades raciais.

O que está em jogo é entender os múltiplos textos locais, através dos quais, de maneira difusa, na sociedade brasileira, vão se constituindo formas múltiplas de identidades étnicas, raciais, regionais. Sob essa abordagem, pode-se acusar o Movimento Negro de estar importando um tipo de leitura da realidade social brasileira contaminada pela ideologia racista norte-americana, ao contrário de toda a tradição nacional brasileira, colocando-se em xeque, com isso, um patrimônio da nação brasileira, que é o mito da democracia racial. E o Estado brasileiro, ao adotar políticas públicas de corte racial, estaria conduzindo o país para um processo alienígena e perigoso de racialização das relações sociais. Por exemplo, em Porto Alegre, a Coordenação de Direitos Humanos do município, durante a última gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), orquestrou com as demais secretarias de governo de Estado uma política no sentido de que em todos os cadastros públicos as pessoas fossem levadas a se autodefinirem em termos étnico-raciais.

Do ponto de vista do construtivismo subjetivista, isso seria tipicamente uma política tendente à racialização das relações sociais, isto é, um processo que não apenas impõe um modo de leitura da população que solicita serviços públicos, mas que, na forma de registrar as diferenças, acaba contribuindo para criar uma nova realidade. Estar-se-ia, assim, a prescrever um modo de ver a realidade social que, ao se institucionalizar, acabaria fazendo com que as relações sociais passassem a se dar de uma forma diferenciada, de uma forma tão racializada quanto não havia antes.

Essa outra postura com relação à questão racial vai desaguar numa proposta política, que é a do ataque às desigualdades sociais como um ataque à pobreza de forma geral, como um ataque à desigualdade de renda, mas que não precisa de um registro racializante. O argumento de base é que, se o Brasil construiu suas relações raciais de uma maneira diferenciada dos Estados Unidos, caberia ao Brasil encontrar formas próprias de buscar soluções para desigualdades sociais brasileiras.

Essas diferenças de perspectivas teóricas acabam tendo como conseqüência diferenças em termos de perspectiva política. De um lado, nós temos uma perspectiva política que contribui para a edificação de agendas de políticas de compensação, as quais pretendem fazer com que a população colocada sob desvantagem racial consiga ser elevada a uma situação de maior equidade.

Por outro lado, pode-se, na perspectiva caudatária de Gilberto Freyre, ver o Brasil como tendo já constituído sua utopia de igualdade racial. Caberia apenas ajustar as políticas sociais para produzir mais igualdade social de fato. Nesse sentido, as agendas políticas não precisariam de um registro racializante; portanto, não deveriam passar por um vetor de racialização das relações sociais.

Como escapar da chantagem usada de que, no modo de se usar o conceito de raça, está-se a dar uma contribuição intelectual e política para o acirramento das relações raciais?

## O PESO DA HERANÇA NOS PROCESSOS SELETIVOS

A necessidade de um engajamento mais ativo das principais instituições da nação na construção da igualdade racial faz-se premente, pelo modo como o racismo na sociedade brasileira se tem revelado persistente. A sociedade brasileira não apenas carrega estruturalmente desigualdades legadas pela escravidão, como também leva seus membros a ativamente reproduzirem, ainda hoje, práticas discriminatórias de forma sistemática e amplamente despercebidas. Mesmo se, em lugar de tomarmos os mais pobres, focarmos a trajetória típica de um indivíduo oriundo de uma família negra de classe média, qualquer avaliação mais minuciosa reconstituiria fatores sistemáticos de encaminhamento às posições subordinadas nos campos de concorrência social – capital simbólico negativo. O negro está sujeito aos efeitos do estigma que transforma marcas de fenótipo, desde o cotidiano de preconceitos de professores e colegas na escola primária, passando pelos efeitos cotidianos da mídia, a formação secundária e profissional sem referenciais negros até o ingresso nos campos específicos de concorrência profissional recheados de mecanismos de seleção negativa.

Na forma do capital étnico, o capital simbólico é o crédito facultado nas interações em que *a primeira impressão é o que conta!* Nas situações mais tensas de interação social (como as que caracterizam os processos de recrutamento, filtragem e rusgas sociais), em que a primeira impressão é fundamental na estruturação da continuidade de pactos tácitos, as propriedades (títulos, bens materiais e a própria fisionomia de indivíduos negros) tendem a estar sob suspeita. É esse cotidiano de interações sob suspeita que condiciona, de maneira sistemática, o destino social dos indivíduos negros na sociedade brasileira.

Se pudéssemos resumir em uma única frase o princípio racista incorporado por brancos e negros em uma sociedade como a brasileira, tomaríamos o ditado popular que consagra que *quando o negro não suja na entrada, suja na saída*. Os espaços de interação que envol-

vem processos seletivos e testes de consagração de posições estão informados por um esquema gerador de apreciações e expectativas desse tipo.

Não apenas por causa das heranças da escravidão, mas, sobretudo, pela forma como se constitui o cotidiano racista, vem sendo ampliado continuamente o fosso gritante das desigualdades raciais no Brasil. Fazendo um cruzamento sistemático entre a pertença racial e os indicadores econômicos de renda, emprego, escolaridade, classe social, idade, situação familiar e região ao longo de mais de 70 anos, desde 1929, chega-se à conclusão de que, no Brasil, a condição racial constitui um fator de privilégio para brancos e de exclusão e desvantagem para os não-brancos. Do total dos universitários, 97% são brancos, sobre 2% de negros e 1% de descendentes de orientais. Sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% deles são negros. Sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros.

Se admitirmos que a cor da pele funciona ainda no Brasil como capital simbólico importante, é preciso assumir que a igualdade racial, de fato, só pode ser alcançada com a erradicação desse princípio informal de desigualdade. Nesse sentido, a intervenção deve ir além do princípio da igualdade formal se quiser alcançar algum grau de sucesso. Mais ainda: é necessário intervir nos símbolos para se alterar a dimensão simbólica do funcionamento do racismo na sociedade brasileira.

Estando na base de todas as outras formas de capital, o capital simbólico – nesse caso, o princípio de subestimação de indivíduos de cor de pele mais escura – só pode ser erradicado com a promoção de eventos simbólicos de consagração dessa dimensão étnica nacional (da história dos afro-descendentes), ignorada e desvalorizada sistematicamente.

A entrada em campos especializados de concorrência social institucionalizados, como é o caso dos campos profissionais liberais, a universidade, os mundos artísticos de elite, está duplamente interdita aos negros. Em primeiro lugar, pelas exigências vinculadas ao

direito de entrada, determinada pela estrutura e pelo volume de capitais (no caso do vestibular, o capital econômico, que faculta o acesso a cursinhos, capital escolar, menos do que cultural), que são os preços de ingresso e que, pela acumulação de heranças negativas, as trajetórias negras raramente podem possibilitar.

Em segundo lugar, a cor da pele funciona nas interações sociais mais delicadas (primeiro contato em pontos de acesso a campos de concorrência social mais institucionalizados), como geradora de expectativas negativas (para os negros). Assim, poderíamos dizer que a sociedade brasileira conforma aos dominantes um *habitus* racista que se expressa, sobretudo, nos momentos de seleção para cargos e funções dos espaços sociais mais institucionalizados. Nos negros, a percepção intuitiva do funcionamento do racismo limita realisticamente as expectativas com relação a concorrências em níveis sociais mais elevados (o que se conforma na chamada que fazem dominantes e dominados para o ajustamento das expectativas negras no nível do *lugar de negro*). Mais ainda do que a ausência de capital econômico, cultural e social, as trajetórias negras carregam uma herança (negativa) que se reproduz continuamente, a qual é o destino na forma como ele é socialmente construído e incorporado. Isto é, uma criança negra que não vê nenhum médico negro nas novelas e não tem nenhum parente médico dificilmente poderá desenhar para si um destino de médico.

Uma família negra, que sabe que um investimento custoso nos níveis iniciais de ensino não irá se reverter em possibilidade de entrada na faculdade para a sua criança, dificilmente fará esse investimento por um longo período de tempo. Não se trata apenas, portanto, de uma questão de desigualdade na distribuição de renda. Há uma desigualdade na distribuição de expectativas de ascensão social. Um candidato negro a um emprego, que sabe que a *boa aparência* ainda conta, mesmo que isso não esteja no anúncio oficial, tende a desistir realisticamente de candidaturas mais ousadas para a estrutura e volume de capitais de que dispõe, deixando o acesso livre a candidatos brancos exclusivamente.

Não apenas é preciso reconhecer que negros detêm estrutura e volume de capitais substantivamente inferiores aos brancos, porque herdaram menos desde a escravidão, em um processo sistemático de acumulação de desvantagens, mas, sobretudo, é preciso levar em conta as formulações já clássicas sobre a dimensão neopatrimonialista dos processos de apropriação das tecnologias institucionais no Brasil. Se correlacionarmos as formulações já clássicas sobre a modernização periférica, as quais enfatizam essa dimensão neopatrimonialista da apropriação das tecnologias institucionais no Brasil às estatísticas que denunciam a discriminação racial no recrutamento para os principais postos da ossatura institucional da nação, fica inteligível o processo de exclusão de representações negras nas esferas mais elevadas da ossatura institucional do país. Badie & Hermet definem o neopatrimonialismo como *modelo de domínio personalizado, orientado para a proteção da elite no poder e que pretende limitar ao máximo o acesso da periferia aos recursos do centro* (Badie & Hermet, 1993, p. 189).

Na vertente já clássica dos estudos sobre o neopatrimonialismo no Brasil, a genealogia da apropriação das tecnologias institucionais relaciona essa utilização a uma tradição de manutenção e reprodução de hierarquias sociais. Sugerem os resultados de múltiplos estudos que o neopatrimonialismo é padrão constituído na relação das elites sociais e políticas com o conjunto dessas tecnologias, as quais envolvem desde as definições morais que fundamentam as concepções legítimas do *Estado* até as técnicas e os saberes específicos de operação da burocracia pública, assim como da operacionalização dos laboratórios e da constituição das agendas científicas. Os princípios de reconversões de grupos constituídos com base em relações de reciprocidade (clientelismo) persistem, definindo os processos de ocupação de posições de destaque nas principais instituições de ensino superior (ISE), contribuindo para a ínfima presença de negros nesses espaços. À medida que princípios de relações de reciprocidade dominam como princípios de recrutamento, os segmentos de origens sociais mais distantes das redes que constituem as elites têm menos

chances de apresentarem candidaturas às posições socialmente mais consagradas. Quando se trata de negros, pelos preconceitos antes expostos, mais raras ainda são as ocasiões em que essas candidaturas podem ser positivamente apreciadas.

Conseqüentemente, a seleção negativa de negros, por exemplo, para posições no espaço dos cursos de pós-graduação do país contribui para a criação de situações de subotimização de potenciais de produção escolar. A expectativa de uma diversificação da produção intelectual, por conta da presença desses *recém-chegados* inesperados e que poderiam se colocar em confronto com a produção intelectual de carreiras oriundas de segmentos tradicionais de recrutamento, tende a ser contrariada sob o efeito do número reduzido de negros no trabalho acadêmico, facilmente neutralizáveis em suas disposições heterodoxas, o que contribui para o empobrecimento da dinâmica de produção intelectual do país, sempre dependente de centros externos de consagração e importação de modelos.

#### FENÓTIPO NEGRO COMO CAPITAL SIMBÓLICO NEGATIVO

Os mais recentes estudos sobre desigualdades raciais no país são, salvo nuances, unânimes em afirmar que as disparidades entre as raças persistem graves e que, ao afetarem a capacidade de inserção dos negros, comprometem o projeto de democracia sob o prisma de oportunidades iguais. As divergências incidem mais sobre as indicações normativas quanto ao equacionamento da problemática do que sobre esse diagnóstico básico.

No que tange especificamente às desigualdades educacionais, as controvérsias incidem menos sobre as trágicas disparidades do que quanto à avaliação das causas. Para um dos lados do embate, não há como reduzir o campo explicativo da desigualdade educacional entre brancos e negros às variáveis socioeconômicas. Ressalta-se que é a reprodução de condições hostis aos alunos negros nas

escolas brasileiras que atua permanentemente para o agravamento das diferenças de desempenho escolar desse segmento. Segundo Araújo e Araújo (2003):

É preciso enfrentar, sem hipocrisia, a constatação de que a escola não é tão eficaz para os negros quanto é para os brancos. Essa evidência define os contornos de um problema a ser diagnosticado e resolvido: as desigualdades raciais são especificamente responsáveis pelas desigualdades educacionais.

Está evidente que, apesar da crescente expansão e diversificação do ensino superior, permanece discreto o recrutamento de discentes negros para os níveis de graduação e pós-graduação.

Nos estudos sobre o neopatrimonialismo, já foi demonstrado que, nos processos de seleção e recrutamento social para campos especializados de consagração social, o capital social dos pretendentes tem um papel fundamental nas estratégias de acesso ou consolidação de posições. É intuitivo que quanto mais clara é a cor da pele do candidato, mais promocional tende a ser a teia de relações pessoais, portanto, maior tende a ser o capital social. A utilização do conceito de capital social associado a características étnicas é aqui próximo do uso que faz Brubaker (1993) quando analisa uma espécie de capital social baseado em características étnicas. O fato de famílias brancas tenderem a se inserir mais rapidamente em redes de relações de reciprocidade com base étnica e de parentesco que facultam maior mobilidade ascendente é o correlato do tratamento discriminatório a negros por parte das autoridades (desde as policiais, as escolares, passando pelas burocracias públicas e privadas), e que tendem a neutralizar as aspirações ascendentes desse último segmento. Fica claro que a desigualdade na distribuição de capital de relações sociais condiciona a apreciação das propriedades, nomeadamente do histórico escolar e profissional das candidaturas negras na maioria dos processos seletivos.

A principal consequência dessa subprodução de trajetórias negras qualificadas para o exercício de mediação e ocupação de postos nas principais instâncias da ossatura institucional da nação é o enfraquecimento do sentido de pertencimento ao *socius* nacional, a acen-



tuação da fragilidade das redes que poderiam articular a periferia aos centros mais importantes de concentração de recursos e símbolos sobre a nação.

O processo de constituição de instâncias de legitimação dos discursos e das ações pela correção das desigualdades gritantes da nação passa pela constituição de um mundo de conexões qualificado para ter a credibilidade daqueles que estão mais desafiados.

Há algumas décadas, talvez fosse possível construir a credibilidade dessas instituições sem a visibilidade representativa de negros. A sensibilidade pública para com a diversidade étnico-racial da nação cresceu a tal ponto que se tornou incontornável que o combate à pobreza se dê de forma correlativa à constituição de uma dignidade étnica afro-brasileira e indígena.

#### RAÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Há cada vez mais evidências de que as sociedades complexas se fazem pela densidade de suas redes. As redes transportam pessoas, bens materiais, modelos institucionais e tecnológicos, símbolos marcadores de identidades. Sob esse enfoque, tende-se a assumir cada vez mais naturalmente que vivemos em mundos de redes com potenciais de conexões cada vez mais longínquos e que o capital social tende a se constituir como a forma de acumulação com maior poder de reconversão em outras modalidades de recursos.

Daí que existir socialmente é, hoje em dia, estar conectado, ter representação em pontos distantes, confluir para centros de gestão de recursos, circular até a periferia como portador de informações, negociador de identidades. É sob essa abordagem que pretendo discutir a questão das políticas públicas de corte étnico-racial.

Minha argumentação principal é a de que a agregação de um contingente expressivo da população do território, que hoje constitui o Brasil, ao sentido que articula nação e cidadania depende da inserção de representações negras ao *socius* nacional, isto é, da composição de me-

diadores e representantes negros em múltiplas instâncias da ossatura institucional da nação. Que os representantes de negros precisem ser negros não é a fórmula exata do que aqui defendo. O que está em jogo é a necessidade de que existam também negros na posição de mediadores institucionais em nexos cruciais de fluxos de bens, informações e serviços. Essa é a mais evidente carência da sociedade multirracial brasileira. Estou aqui a correlacionar a acepção de mediador à de sociedade em rede, para definir o representante como aquele que controla nexos cruciais de transferência de bens materiais e simbólicos e que, por isso, participa mais ativamente da definição de âmbitos, esferas e símbolos que podem ser tomados por nacionais e/ou globais.

O combate à pobreza precisa assumir, na idealidade que lhe corresponde, a crítica aos processos de monopolização por indivíduos e grupos sociais que emblemizam a supremacia racial branca dos recursos de mediação e acesso à rede global. Instâncias de mediação do combate à pobreza estão sujeitas a críticas implacáveis da parte de atores dos movimentos negros e indígenas e, cada vez mais, de outros movimentos sociais na medida em que os processos adequados de aquisição das grandezas próprias ao estar em conexão são monopolizados racial e etnicamente.

Sendo assim, a luta por políticas afirmativas de corte étnico-racial não é uma luta a favor dos negros e dos indígenas. Trata-se de uma luta pela dignidade, credibilidade e eficácia das instituições mais comprometidas com a nação brasileira. Elas precisam ampliar, com foco étnico, seu espaço de recrutamento de membros para as posições e cargos mais qualificados de mediação institucional. Por isso, o Brasil precisa, com urgência, ter negros nas universidades, na graduação e na pós-graduação.

Aqueles que estão socialmente desconectados das redes de inserção social precisam mais do que uma ajuda material e uma formação profissional. Os desafiados precisam projetar-se nas redes de inserção social, percebê-las como dotadas de símbolos incorporadores de seu estado de diferenças e não apenas de desigualdade. Isto é,

são necessários negros e indígenas, com urgência, nos principais postos da ossatura institucional da nação, sob pena da ineficácia das chamadas *políticas de inclusão social*. Nesse sentido, à desracialização da nação é imprescindível uma política de constituição da *dignidade étnico-racial* negra e indígena. Dignificar significa aqui restaurar, também em sua dimensão étnico-racial, os papéis de mediador, interlocutor, diplomata, negociador das identidades tecidas entre os centros e as periferias da nação.

#### REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Henrique; ARAÚJO Ubiratan C. de. **Desigualdade racial e desempenho escolar**. [http://www.inep.gov.br/imprensa/artigos/araujo\\_ubiratan.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/artigos/araujo_ubiratan.htm). Acesso em 10 de agosto de 2004.

BADIE, B. & HERMET, G. Las dinámicas huérfanas. **Política Comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BRUBAKER, Rogers. L'éclatement des peuples à la *chute des empires*: approche historique et comparative, **Actes de la recherche en sciences sociales** 98 (June 1993): 3-19.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições na década de 90. Texto para discussão 807, Brasília, IPEA, 2001.

GANDIN, Luís Armando; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio; HYPOLITO, Álvaro M. Para além de uma educação multicultural: teoria racial crítica, pedagogia culturalmente relevante e formação docente (entrevista com a professora Gloria Ladson-Billings). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n° 79, 2002.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.